Capítulo 95

Contradições do mundo contemporâneo: Brasil, idas e vindas da abertura

Em março de 1974, no início de seu governo, o general Ernesto Geisel apresentou a proposta de um "gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático". Dez anos depois, os gigantescos comícios por eleições diretas para presidente da República tornavam clara a intenção do povo brasileiro de voltar a tomar conta de seu próprio destino.

O cauteloso projeto de anistia política se acelerou com a mobilização da opinião pública e, antes do fim da década de 1970, os exilados estavam de volta ao país. Os tribunais reduziram as penas impostas no auge da ditadura e os "criminosos políticos" saíram das prisões. A Lei de Segurança Nacional caducou e a Justiça já ignorava alguns dispositivos antes mesmo de sua reformulação, em 1984.

Sindicatos mais combativos ainda sofriam intervenções nos últimos tempos do regime militar, mas muitos empresários já negociavam com os líderes afastados e deixavam à margem os interventores governistas.

Claro que não foi um processo contínuo. Houve idas e vindas para que o projeto de abertura cumprisse sua finalidade — garantir a permanência do poder nas mãos daqueles que o detinham. A mobilização da sociedade, a maturidade e a vivência do povo brasileiro, suas lutas, tudo isso assegurou a continuidade da abertura, apesar de alguns retrocessos e dos *casuísmos* — as alterações das regras do jogo com o jogo em pleno andamento.

1. Começo promissor

A *distensão lenta e segura* enfrentou o primeiro teste nas eleições parlamentares de 1974. Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) debateram livremente na tevê. A Arena procurava defender as realizações do governo; o MDB insistia na incapacidade do autoritarismo em resolver os problemas do povo.

Resultado: para o Senado, o MDB conquistou 15 milhões de votos e fez 16 senadores; a Arena, com 12 milhões, elegeu apenas cinco.

Em outubro de 1975, porém, um crime brutal desnudou o que se passava nos *porões da ditadura* e marcou uma nova fase de luta por democracia e pelo controle sobre os atos dos governantes. Investigando a suposta reorganização do Partido Comunista, em São Paulo, agentes do II Exército procuraram o jornalista Vladimir Herzog na TV Cultura e, como ele não estivesse, receberam de um diretor a promessa de que ele se apresentaria na manhã seguinte, espontaneamente.

Um dia depois, a notícia-bomba: Vladimir estava morto. A desculpa do Exército não resistia ao menor exame: Vladimir teria se enforcado com o cinto do macacão que os prisioneiros usavam. Na cela não existiam lugares altos onde prender o cinto e, para conseguir matar-se, o jornalista teria se ajoelhado no chão. Todos sabiam o que havia acontecido. Vladimir tinha sido assassinado sob torturas.

O cinismo das autoridades tinha passado dos limites. Apesar da repressão policial, um culto ecumênico em memória de Herzog levou uma multidão à catedral da Sé, no centro de São Paulo. Pela primeira vez em muitos anos, a sociedade civil se manifestava abertamente. Os assassinos ficaram impunes, mas a mobilização popular daria frutos anos mais tarde, quando a Justiça reconheceu a responsabilidade da União pelo que ocorrera nas dependências do II Exército. O governo estava pela primeira vez na condição de réu.

Em janeiro de 1976, mal o país se recompunha do choque, a história se repetia, desta vez com um jovem operário, Manuel Fiel Filho. Agora, a desculpa beirava a insanidade: ele teria se enforcado com uma meia. Geisel não tinha escolha. Se acobertasse mais este assassinato, seu projeto de abertura perderia toda a credibilidade. Deslocou-se até São Paulo e demitiu o comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávila Melo.

Era o primeiro golpe contra o aparato repressivo montado a partir do final da década de 1960.

2. O *"pacote de abril"*

Abril de 1977. O governo precisava do apoio de dois terços dos congressistas para aprovar emenda constitucional que propunha a reforma do Poder Judiciário. O MDB a desaprovava, pois não havia participado de sua elaboração e não tinha condições de modificá-la. Usando os poderes que o AI 5 lhe dava, Geisel fechou o Congresso e editou uma série de medidas, conhecidas como o *pacote de abril.*

Geisel primeiro reformou o Poder Judiciário, através da *Emenda nº 7*, de 13 de abril. No dia seguinte, atingiu seu verdadeiro alvo, a classe política, principalmente a oposição. Em 1978 haveria eleições: indiretas para presidente, ou seja, o Colégio Eleitoral apenas consagraria o nome indicado pelo general Geisel; e diretas para governos estaduais e para o Legislativo. Dois terços do Senado seriam renovados. Esperava-se que o MDB repetisse 1974 e esmagasse a Arena.

Para evitar o massacre da Arena e a perda de maioria no Senado, Geisel determinou que um terço dos senadores seria escolhido em eleições indiretas, ou seja, seriam "indicados". O controle do Senado se manteria nas mãos do governo graças aos senadores que o povo apelidou de *biônicos*, em alusão a um personagem de seriado da televisão, um ser artificial, mistura de gente com máquina.

O *pacote de abril* também manteve a escolha indireta de governadores em 1978, adiando por quatro anos a derrota do partido governista nos Estados. Geisel estendeu o mandato presidencial de cinco para seis anos e assinou a *Lei Falcão*, elaborada pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão: ela limitava a propaganda eleitoral no rádio e televisão à veiculação do nome, número e breve currículo dos candidatos.

3. Salvaguardas para Figueiredo

Uma preocupação de Geisel era *fazer* o sucessor, escolhido entre os generais de Exército, os de quatro estrelas. Mas o ministro do Exército, Sílvio Frota, da chamada *linha dura*, queria ser o novo presidente. Ele se identificava com as posições mais conservadoras: por exemplo, opôs-se ao reconhecimento do governo de Angola, recém-independente de Portugal. Geisel decidiu demiti-lo, mas ele resistiu e tentou reunir os comandantes de Exércitos em Brasília. Os assessores do presidente conseguiram levá-los do aeroporto diretamente ao Palácio do Planalto. Geisel pôs as cartas na mesa: ou ele ou Frota. Os generais ficaram com Geisel e, ao pretendente, restou amargar na reserva sua frustração.

A abertura trouxe outro resultado concreto: o gradativo desaparecimento da censura, problema herdado de Médici. Geisel liberou primeiro os grandes jornais. Os oposicionistas mais ferrenhos tiveram de esperar quase até o fim do governo. *A Tribuna da Imprensa* (Rio) e os semanários *Movimento* e *O São Paulo* (da arquidiocese paulista) só foram liberados em junho de 1978.

A extinção do AI 5, símbolo do arbítrio, coroou a abertura. A Emenda Constitucional nº 11, aprovada em 13 de outubro de 1978 para vigorar a partir de 1º de janeiro seguinte, revogou os Atos Institucionais, exceto seus efeitos; isto é, o que estava feito, estava feito, mesmo que tivesse sido contra os direitos dos cidadãos.

Geisel preocupou-se, porém, em não deixar o sucessor sem mecanismos de defesa do Estado, caso tivesse a autoridade contestada. Instituiu as *salvaguardas constitucionais*, para substituir os AIs. Eram medidas que limitavam certos direitos, como o de reunião, e permitiam à polícia invadir residências, prender sem ordem judicial etc.

O Executivo pode decidir sozinho quando aplicar as salvaguardas constitucionais; apenas é obrigado a comunicar ao Legislativo. Só no caso de estado de sítio, a Constituição determina que seja submetido ao Congresso, o que supõe que o decreto deva ser aprovado pelo Legislativo.

4. Campanha da anistia

O general João Batista Figueiredo assumiu em 15 de março de 1979 prometendo "fazer deste país uma democracia". O primeiro passo foi a Lei da Anistia, aprovada em 28 de agosto de 1979. Não se tratava de concessão do governo, mas resultado de ampla campanha popular, iniciada nos primeiros dias após o golpe militar de 1964. A reivindicação ressurgiria numerosas vezes, por projetos de parlamentares e de manifestações de políticos e intelectuais.

Em 1972, o MDB incluiu em seu programa a *anistia ampla e total.* Em 1974, Terezinha Zerbini,

mulher de um dos generais cassados em 1964, fundou o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Um manifesto colheu 20 000 assinaturas. Em agosto de 1974, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou moção de anistia aos presos políticos. O movimento se intensificou com a adesão de personalidades, como o advogado Sobral Pinto, o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o general Juarez Távora e outros.

A primeira manifestação ocorreu em Porto Alegre em abril de 1977. No mesmo ano, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), reivindicou a reintegração dos cientistas cassados; e realizou-se em São Paulo o I Encontro Nacional pela Anistia.

Em 1978, foi fundado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Uma greve de fome de 84 presos políticos, a Conferência Internacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita no Brasil, realizada na Itália, e a divulgação da Carta de Princípios da Anistia reforçaram o movimento.

Pressionado pela política de direitos humanos do presidente americano Jimmy Carter, pelas greves do ABC paulista e pelas manifestações populares, o governo Figueiredo enviou ao Congresso projeto propondo anistia parcial. O povo pedia *anistia ampla, geral e irrestrita*. Uma passeata reuniu 20 000 pessoas em 14 de agosto de 1979, no Rio, na maior manifestação pública desde 1968.

Em 28 de agosto, com as galerias do Congresso lotadas, aprovou-se o projeto: era a anistia *geral*, pois abrangia todos os episódios ocorridos até aquele ano, mas não *irrestrita*, pois ficaram de fora os condenados por terrorismo e havia algumas condições para sua aplicação: os funcionários públicos, por exemplo, só seriam reintegrados depois que comissões especiais examinassem caso a caso. Além disso, ao anistiar os crimes conexos, a lei anistiou os torturadores e autores de fraudes eleitorais.

Numerosos exilados voltaram ao país e reintegraram-se na vida política nacional.

5. O movimento sindical

A partir de 1978, centenas de milhares de trabalhadores, da cidade e do campo, passaram a dar novo impulso às atividades sindicais. Houve greves no ABC paulista, no Rio, em Minas, na zona canavieira de Pernambuco e Rio Grande do Norte, Bahia e outros Estados. Muitas conseguiram vitórias importantes.

O resultado foi que os trabalhadores recomeçaram a preocupar-se em coordenar suas entidades. Em 1981, realizou-se a Conferência das Classes Trabalhadoras (Conclat), com mais de 5 000 delegados, mais de mil deles vindos do campo. Eles elegeram os membros da comissão Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) e, a seguir, criaram organismos intersindicais em todos os Estados.

Em agosto de 1983, deu-se o primeiro grande Congresso das Classes Trabalhadoras, com a fundação da CUT. Em novembro, congresso discordante da CUT criou a Conclat — Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora.

6. Uma bomba no colo

Em 1979, três meses depois da anistia, o governo acabou com o bipartidarismo e dissolveu os dois partidos existentes. Não queria perder a maioria dos governos estaduais e a maioria do Congresso nas eleições de 1982. Esperava que a criação de novos partidos dividisse a oposição. Um novo quadro se formou:

- o MDB tentou manter-se inteiro e seus líderes criaram o **PMDB**, Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
- a Arena também procurou manter-se, transformando-se em **PDS**, Partido Democrático Social;
- sindicalistas, intelectuais e estudantes formaram a partir de São Paulo o **PT**, Partido dos Trabalhadores;
- os trabalhistas brigaram entre si pela tradicional sigla do **PTB**, Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por inspiração de Getúlio Vargas, seu primeiro presidente de honra; a Justiça Eleitoral decidiu entregá-la ao grupo de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio;
- o grupo trabalhista de Leonel Brizola se conformou em fundar novo partido, o **PDT**, Partido Democrático Trabalhista;
- conservadores do MDB e ex-arenistas fundaram o **PP**, Partido Popular, de vida curta, pois não teve condições legais de concorrer em 1982 e se incorporou ao PMDB e, alguns membros, ao PDS.

A abertura não prosseguiria sem novos tropeços, contudo. Entre 1980 e 1981, ocorreram

incêndios em bancas de jornais que vendiam publicações de oposição, além de outros atentados. Os indícios apontavam para grupos de direita, insatisfeitos com a abertura política, mas a polícia nada descobria. Dois fatos merecem destaque, pela gravidade:

1. Uma bomba, enviada por carta à sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio, explodiu e matou a secretária Lyda Monteiro da Silva. Outra, que explodiu na Câmara Municipal do Rio, mutilou o funcionário José Ribamar de Freitas.

2. Na véspera de 1º de maio de 1981, milhares de pessoas se reuniram para um show de comemoração do Dia do Trabalho no Riocentro (Rio de Janeiro). De repente, um estrondo. Uma bomba havia explodido no colo do sargento Guilherme Pereira Rosário, que estava dentro de um carro no estacionamento. A explosão o matou e feriu o capitão Wilson Luís Chaves Machado, que estaria ao volante. Os dois pertenciam ao serviço secreto do I Exército. Tudo indicava que iriam praticar um atentado e que a bomba explodiu antes, por acidente. Os superiores sabiam? Como o governo iria reagir ao fato?

O governo prometeu esclarecer tudo rapidamente. Mas o primeiro presidente do IPM (Inquérito Policial Militar), coronel Luís Antônio de Prado Ribeiro, foi afastado porque estava muito determinado a chegar à verdade; o substituto, coronel Job Sant'Ana, chegou a fantástica conclusão: um terrorista havia posto a bomba no colo do sargento. Esta conclusão, segundo observadores, levou o próprio articulador político do governo, general Golbery, a deixar o cargo de ministro do Gabinete Civil.

7. As oposições vencem

Depois de dezoito anos, o povo voltou a escolher os governadores. Em 15 de novembro de 1982, houve eleições também para prefeito, vereador, deputado estadual, deputado federal e senador. Mas os analfabetos ainda não tinham direito a voto; nem eleitores de capitais e municípios considerados *áreas de segurança nacional.*

O governo tinha tomado várias outras medidas para dificultar ao máximo a vitória das oposições:

- proibição de coligações: todos os partidos deveriam lançar candidatos para todos os cargos;
- vinculação total de votos: o eleitor tinha de votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos;
- proibição do voto de legenda: não se poderia votar apenas no partido, mas nos candidatos;
- cédula eleitoral sem o nome do partido;
- manutenção da Lei Falcão: os candidatos não podiam falar por rádio ou televisão; apenas se podia mostrar a foto e dar o nome e o currículo de cada um.

Mesmo com todas as limitações, o voto consagrou as oposições, vitoriosas nos Estados mais populosos e mais desenvolvidos. O PMDB elegeu os governadores de São Paulo, Paraná, Minas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará e Goiás. O PDT conquistou o Rio de Janeiro. Ao PDS, couberam o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e o Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

O PDS ficou em minoria na Câmara: 235 deputados federais, contra 244 da oposição (PMDB 200; PDT 23; PTB 13; PT 8). Para o Senado se elegeram 25 representantes: PDS 15; PMDB 9; PDT 1.

Ao repudiar o autoritarismo, o povo criou nova correlação de forças, que repercutiria no Legislativo. O dia 21 de setembro de 1983 constitui uma data especial: pela primeira vez desde 1968, o Congresso rejeitou decreto-lei do Executivo, que modificava a lei salarial, anulando conquistas dos trabalhadores.

O Executivo não perdeu tempo. Enviou decreto-lei que limitava a 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) todos os reajustes salariais. O Congresso votou contra de novo. O PDS pressionou para adiar a votação, alegando que, somando Câmara e Senado, as oposições não tinham *quorum* para votar. O presidente do Congresso, senador Nilo Coelho, pronunciou então uma frase que entrou para a História: *"Eu não sou presidente do Congresso do PDS, sou presidente do Congresso do Brasil"*.

O governo não desistiu. Enviou novo decreto-lei, permitindo reajustes escalonados, mas com média girando em torno de 80% do INPC. Para evitar pressão popular sobre o Congresso, o Exe-

cutivo decretou estado de emergência no Distrito Federal e impediu reuniões e a entrada de ônibus com manifestantes em Brasília. O executor das medidas, general Newton Cruz, chegou a interditar a sede da Ordem dos Advogados local, fato inédito nos 53 anos de existência da OAB.

Na incerteza de aprovar o novo decreto-lei, o governo ofereceu ao PTB alguns cargos de pouca importância em troca de apoio. O PTB, contra seu próprio programa, aceitou. Mesmo assim, um petebista votou contra, correndo o risco de ser expulso do partido e perder o mandato. Desta forma, o governo conseguiu aprovar o decreto do arrocho salarial.

8. A campanha Diretas-já

Nos últimos meses de 1983, intensificou-se a campanha pelas eleições diretas para presidente. Os detentores do poder classificaram a campanha como perturbadora da ordem e contra a Constituição, que previa a eleição do presidente pelo Colégio Eleitoral. Mas a legitimidade do Colégio foi contestada. Graças à nomeação dos senadores *biônicos* e à inclusão de seis deputados estaduais de cada Estado da federação, dos 686 eleitores do Colégio a oposição tinha apenas 325 votos, contra 361 do PDS; e a oposição tinha recebido, em 1982, 23 milhões de votos, contra apenas 17 milhões do PDS.

A campanha das Diretas-já chegou ao auge em abril de 1984, quando se daria a votação da *Emenda Dante de Oliveira*, que restabelecia as eleições diretas para presidente. O povo saía às ruas vestido de amarelo, a cor da campanha. Os comícios cresciam: 300 000 pessoas na Praça da Sé (São Paulo), em 25 de janeiro; 400 000 em Belo Horizonte; 60 000 em Belém; 1 milhão no Rio de Janeiro; mais de 1 milhão no Anhangabaú (São Paulo) em 16 de abril. Os organizadores do movimento convocaram *panelaços* e *buzinaços*. O país inteiro foi tomado pelas manifestações, alegres e ordeiras, pelas reuniões e comícios que terminavam sempre com o Hino Nacional cantado pelos presentes, de mãos dadas para o alto, em clima de emoção cívica. Pesquisas mostravam que 90% dos brasileiros queriam votar para presidente.

Mas o grupo do poder queria continuar usufruindo dos privilégios de vinte anos de ditadura. Para tanto, usou de todos os meios. Um deles foi a emenda propondo diretas em 1988, que o governo enviou ao Congresso às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira. Com isso, esperava que deputados do PDS favoráveis às diretas deixassem de apoiar as Diretas-já.

Outro meio, mais violento, foi a decretação de medidas de emergência novamente para o Distrito Federal, com o mesmo executor, o general Newton Cruz. Ninguém entrava nem saía de Brasília sem passar pela revista de suas tropas. O governo passou a censurar e controlar as comunicações com o resto do país. Proibiu toda informação sobre o andamento da votação da emenda das diretas. O general Cruz, montado num cavalo branco, foi comparado a Mussolini pelo colega presidente, general Figueiredo. Pessoalmente, comandou a repressão às manifestações populares. Chegou a investir de chicote em punho contra motoristas que teimavam em buzinar a favor das Diretas-já.

Em clima de terror, Brasília amanheceu o 25 de abril de 1984, dia da votação. Em todos os Estados, armaram-se esquemas para fugir à censura e informar a população. Em São Paulo, havia um telefone ligado entre a Praça da Sé e Brasília. Do plenário do Congresso, o vice-governador Orestes Quércia transmitia, para milhares de pessoas reunidas na praça, o voto de cada parlamentar. A cada voto, contra ou a favor, o povo vaiava ou aplaudia.

Finda a votação, a emenda das Diretas-já conseguiu 298 votos, 22 a menos que o necessário para ser aprovada. A frustração tomou conta da nação. Os nomes dos deputados que votaram contra (65) ou que não compareceram à votação (116) foram publicados pelos jornais e estampados pelas praças do país, expostos ao repúdio público.

9. A transição conciliadora

Abalado pela recessão e pela avassaladora mobilização popular das Diretas-já, o regime autoritário ficou fraco, mas não derrotado. A ditadura ainda tentava manter o controle do processo político, isto é, da *transição* para o regime democrático.

No final do governo Figueiredo, a transição se afunilava numa questão: a sucessão. Com a dita-

dura em agonia, a situação ficou confusa. O governo e aliados, os comandos militares, a maioria conservadora do PDS, pretendiam fazer mais um sucessor dentro das regras vigentes: eleição indireta pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. Mas o bloco governista estava dividido. Na convenção do PDS, o candidato de Figueiredo, o coronel Mário Andreazza, perdeu para o ex-governador paulista Paulo Maluf, que os dissidentes liberais do partido não aceitavam.

O PDS se desmantelou. O vice-presidente Aureliano Chaves, os senadores Marco Maciel (PE) e Jorge Bornhausen (SC) e o próprio presidente do partido, o senador José Sarney (MA), abandonaram o barco; formaram a Frente Liberal e começaram a negociar com as oposições. Estas também estavam longe de formar um conjunto homogêneo. Setores à esquerda (PT, PDT, partidos comunistas e parte do PMDB) intensificavam a luta pelas diretas, enquanto setores moderados do PMDB já procuravam alternativas aceitáveis pelo regime.

Logo depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, os moderados do PMDB lançaram Tancredo Neves, governador de Minas, candidato à presidência no Colégio Eleitoral, com apoio dos liberais dissidentes do PDS, que indicaram José Sarney como vice. Nascia a Aliança Democrática: PMDB + PFL (o recém-formado Partido da Frente Liberal).

No desenrolar da campanha, desapareceram as bases de sustentação de Paulo Maluf, sob a acusação de estar subornando eleitores do Colégio Eleitoral. Dos nove governadores do Nordeste, apenas um, o da Paraíba, o apoiou. Maluf usou vários expedientes para reverter a situação: desde manobras para tornar obrigatório o voto dos pedessistas no candidato do partido, até acusações de que a vitória da oposição resultaria em perseguições aos militares.

Apesar de tudo, a chapa da Aliança Democrática foi eleita em 15 de janeiro de 1985, derrotando a chapa oficial por 480 votos a 180. Depois de 21 anos de ditadura militar, o país voltava a ter um presidente civil.

"Venho em nome da conciliação", disse Tancredo Neves ao saudar a vitória da *transição moderada e conciliadora*, sem confronto nem rupturas. Comprometendo-se com as mudanças, Tancredo obteve apoio à esquerda e à direita, acenando com a conciliação nacional. Esse pacto conservador possibilitou o fim do regime militar de 1964. O povo saudou com esperança e entusiasmo o nascimento da Nova República, sob o signo da moderação. Mas uma tragédia radical espreitava.

Questões propostas

1. Como podemos explicar os avanços e recuos do processo de abertura do regime militar instaurado em 1964?

2. Como foram as eleições de 1974?

3. Resuma os episódios Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho.

4. Qual o pretexto usado para o *pacote de abril*? O que era esta medida? O que eram os senadores *biônicos*?

5. Por que Geisel demitiu seu ministro do Exército?

6. Com que anunciados propósitos o general Figueiredo assumiu a presidência da República? Qual foi seu primeiro passo?

7. Resuma o que foi o movimento sindical na abertura.

8. Por que o governo extinguiu o bipartidarismo e acabou com MDB e Arena em 1979? Que novo quadro partidário surgiria?

9. Que leitura se pode fazer da decisão popular nas eleições de 1982? Dê um exemplo e mostre como reagiu o Executivo.

10. O que fez o governo para barrar as Diretas-já?

11. Resuma o processo que, no final do governo Figueiredo, levou o país a ter o primeiro presidente civil depois de 21 anos de ditadura militar.